



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº /2026

Súmula:- Altera o parágrafo 2º, do Art. 53, da Lei Complementar nº 001, de 28/10/2011, como especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, RODOLFO MOTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO, OBEDECENDO AO DISPOSTO NO INCISO V, ARTIGO 55 DA LEI ORGÂNICA, SANCIONO A SEGUINTE:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º O parágrafo 2º, do artigo 53, da Lei Complementar nº 1/2011 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 53 (...)

§2º O percentual máximo de consignação para fins de empréstimo aos servidores públicos do Município de Apucarana será de 45% (quarenta e cinco por cento), dos quais 5% (cinco por cento) serão destinados exclusivamente para:

- I- Amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou
- II- Utilização com finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

(...)”

Art. 2º Entra esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Município de Apucarana, em 07 de janeiro de 2026.



Assinado digitalmente por:
RODOLFO MOTA DA SILVA
***.519.969.**

Assinatura digital avançada.

RODOLFO MOTA
Prefeito Municipal

PLC 001/2026 - PLC-I-125-07-01-2026 - - AUTORIA: Poder Executivo Municipal
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM <https://apucarana.legiflow.com.br/autenticidade/pdf>
ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 07/01/2026 19:28:03 -03
CHAVE DE VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE: 7D0DB0C15D1A2870DEDE693581B4E1662





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

JUSTIFICATIVA PLC ____/2026

Encaminhamos à apreciação desta colenda Casa de Leis o Projeto de Lei que tem por finalidade alterar o §2º do artigo 53 da Lei Complementar nº 001, de 28 de outubro de 2011, redefinindo o percentual máximo de consignação em folha de pagamento dos servidores públicos do Município de Apucarana.

A alteração proposta estabelece o limite de 45% para consignações, destinando percentual específico de 5% exclusivamente para a amortização de despesas oriundas de cartão de crédito ou para utilização na modalidade de saque, conferindo maior organização, controle e transparência às operações financeiras realizadas pelos servidores.

A medida visa oferecer maior previsibilidade e segurança ao servidor público, permitindo a regularização de compromissos financeiros já existentes, especialmente aqueles vinculados ao cartão de crédito, que tradicionalmente apresentam taxas de juros mais elevadas quando contratados fora da modalidade consignada.

Cumpramos ressaltar que a iniciativa não acarreta impacto financeiro ao Município, tratando-se de adequação legal que busca equilibrar a proteção à renda do servidor com a possibilidade de acesso a instrumentos financeiros mais regulados e controlados.

Por essas razões que amparam a propositura e demonstram o relevante interesse público de que se reveste, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa e na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência e aos nobres Edis nossos protestos de apreço e consideração.

Município de Apucarana, em 07 de janeiro de 2026.

RODOLFO MOTA
Prefeito Municipal

PLC 001/2026 - PLC-I-125-07-01-2026 - - AUTORIA: Poder Executivo Municipal

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM: <https://apucarana.legiflow.com.br/autenticidade/pdf/125-07-01-2026-03>

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 07/01/2026 19:28:03
CHAVE DE VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE: 7D0DDB0C15D1A2370DEDE693581B4E1662

CODIGO DO DOCUMENTO: 125-07-01-2026-03



PLC 001/2026
AUTORIA: Poder Executivo Municipal

